



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI 65/2025

Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Atenção à Saúde de Mães e Cuidadores de Pessoas com Deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Corumbá/MS.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Corumbá, o Programa Municipal de Atenção à Saúde de Mães e Cuidadores de Pessoas com Deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de promover o cuidado físico e emocional de mães, pais ou responsáveis legais que exerçam função de cuidado direto e contínuo.

Art. 2º O Programa tem como diretrizes:

- I – Oferecer atendimento psicológico e psiquiátrico periódico, com prioridade no Sistema Único de Saúde (SUS);
- II – Garantir acesso prioritário a consultas médicas especializadas, tais como neurologia, cardiologia e outras relacionadas ao estresse crônico;
- III – Promover ações de prevenção à Síndrome do Cuidador, incluindo terapias em grupo e oficinas de autocuidado;
- IV – Realizar campanhas informativas sobre a saúde mental dos cuidadores de pessoas com deficiência;
- V – Estimular parcerias com universidades, organizações não governamentais (ONGs) e instituições de saúde para capacitação e suporte;
- VI – Garantir preferência no agendamento de consultas para mães solo e responsáveis legais em situação comprovada de sobrecarga.

Art. 3º Terão direito ao programa as mães, pais ou responsáveis legais que:

- I – Estejam cadastrados como cuidadores de pessoas com deficiência, mediante apresentação de laudo médico ou parecer técnico da assistência social;
- II – Comprovem residência no município de Corumbá;
- III – Manifestem interesse em participar do programa.

Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, conselhos de classe, universidades e associações para a execução deste programa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Para a execução do programa, ficam envolvidas as seguintes Secretarias Municipais:

- I – Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela coordenação do atendimento clínico e psicológico;
- II – Secretaria Municipal de Assistência Social, encarregada do cadastramento e acompanhamento dos cuidadores e familiares;
- III – Secretaria Municipal de Educação, para o apoio em ações educativas e capacitações;
- IV – Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento Social, para promoção de campanhas e atividades preventivas;
- V – Outras secretarias que venham a ser necessárias para o pleno funcionamento do programa.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

CORUMBA/MS, 04 de Agosto de 2025

Marcelo Araújo
Vereador(a)





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

JUSTIFICATIVA

Justificativa

A proposta de criação do Programa Municipal de Atenção à Saúde de Mães e Cuidadores de Pessoas com Deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental para enfrentar uma problemática grave e frequentemente invisibilizada: a sobrecarga emocional, física e mental que recai sobre os cuidadores familiares, especialmente as mães solo, que desempenham o papel de cuidado direto e contínuo.

Estudos nacionais e internacionais têm demonstrado que cuidadores informais de pessoas com deficiência ou TEA apresentam elevada prevalência de estresse crônico, ansiedade, depressão e outras condições psiquiátricas, que impactam não apenas sua qualidade de vida, mas também a capacidade de cuidar adequadamente dos seus dependentes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o suporte aos cuidadores é essencial para a sustentabilidade dos sistemas de saúde e para a promoção do bem-estar familiar.

No Brasil, a rede pública de saúde e assistência social ainda carece de políticas integradas e direcionadas para o suporte ao cuidador familiar, que frequentemente enfrenta dificuldades para acesso a atendimentos psicológicos, psiquiátricos e médicos especializados, além de sofrer com a falta de programas de prevenção e acompanhamento contínuo.

A ausência desse suporte institucionaliza um ciclo de exaustão, levando a quadros graves de adoecimento, diminuição da produtividade laboral, isolamento social e, em muitos casos, o abandono do cuidado. Este contexto agrava-se quando se trata de mães solo, que além do cuidado direto, acumulam funções econômicas, sociais e emocionais, sem rede de apoio adequada.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reconhece a importância de apoiar não só a pessoa com deficiência, mas também seus familiares e cuidadores, garantindo sua saúde integral. Além disso, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência prevê ações que incluam o suporte às famílias como forma de garantir a inclusão social e a qualidade de vida.

Em Corumbá, relatos concretos demonstram que mães cuidadoras enfrentam enormes dificuldades para acesso a atendimento psicológico e médico, tendo que lidar sozinhas com crises de ansiedade, estresse severo e sintomas físicos decorrentes da sobrecarga emocional. Essa realidade evidencia a urgência de uma política pública municipal estruturada e eficiente.

Dessa forma, a presente lei busca não apenas garantir o direito à saúde dessas mães e cuidadores, mas também promover a prevenção do adoecimento, fortalecer o papel da família e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e humanizada. Investir no cuidado de quem cuida significa fortalecer toda a rede de proteção social e melhorar os resultados de saúde das pessoas com deficiência.

É um compromisso com a dignidade humana e com o princípio constitucional da universalidade do SUS, que deve alcançar não só o indivíduo com deficiência, mas também aqueles que dedicam suas vidas a sua assistência.

Base Legal

A presente lei fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais:

- **Constituição Federal de 1988**, especialmente no Art. 196, que assegura o direito à saúde como direito de todos e dever do Estado;
- **Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde)**, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, com ênfase na universalidade e integralidade do SUS;
- **Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)**, que garante direitos e proteção às pessoas com deficiência, incluindo o apoio a seus familiares e cuidadores;





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

- **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**, que prevê atenção integral, incluindo suporte a cuidadores e familiares;
- **Lei Municipal nº 2.671/2019**, que institui a Política Municipal de Assistência Social e apoia a competência do município para desenvolver programas sociais e de saúde integrados.

Marcelo Araújo
Vereador(a)





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI 66/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a isentar, durante eventos constantes no Calendário Oficial do Município, a cobrança da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante (TFE), e da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e Logradouros Públicos (TFP), conforme estabelece o Código Tributário Municipal, para comerciantes temporários, ambulantes e pequenos empreendedores, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a isentar a cobrança da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante (TFE), e da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e Logradouros Públicos (TFP), previstas no Código Tributário Municipal, para comerciantes temporários, ambulantes e pequenos empreendedores, durante os eventos constantes no Calendário Oficial do Município de Corumbá/MS.

§ 1º A isenção de que trata o caput será concedida exclusivamente aos comerciantes que utilizarem as barracas disponibilizadas pela Fundação de Cultura do Município de Corumbá.

§ 2º Os interessados deverão realizar cadastro prévio junto à Fundação de Cultura, comprovando a condição de pequeno empreendedor, trabalhador informal ou comerciante eventual.

Art. 2º A autorização constante desta Lei não implica em obrigatoriedade de concessão da isenção, ficando a critério do Poder Executivo a sua implementação, observadas as disposições orçamentárias, financeiras e a conveniência administrativa.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, para garantir sua plena execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CORUMBA/MS, 04 de Agosto de 2025





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

Ubiratan Canhete de Campos Filho (BIRA)
Vereador(a)





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Municipal a conceder isenção das taxas TFE e TFP, previstas no Código Tributário Municipal, para comerciantes temporários, ambulantes e pequenos empreendedores que desejem comercializar seus produtos durante eventos constantes no Calendário Oficial do Município.

Essa iniciativa visa fomentar a economia local, facilitando o acesso de pequenos empreendedores aos eventos promovidos ou apoiados pela Prefeitura, incentivando a formalização e participação desses comerciantes, ao mesmo tempo em que valoriza a produção local e fortalece a cultura e o turismo da cidade.

A obrigatoriedade de utilização das barracas disponibilizadas pela Fundação de Cultura, bem como o cadastro prévio, assegura a organização, padronização e o controle necessário por parte do Município, garantindo a segurança e a ordem dos espaços públicos durante os eventos.

Ressalte-se que o projeto respeita o princípio da separação de competências, uma vez que apenas autoriza o Poder Executivo a adotar a medida, não criando obrigação ou gerando renúncia de receita de forma impositiva, cabendo ao Executivo avaliar a conveniência e a oportunidade da aplicação da isenção, conforme a legislação vigente.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Ubiratan Canhete de Campos Filho (BIRA)
Vereador(a)

